



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

MENSAGEM AOS PROJETOS DE LEI Nº 003, 004, 005, 006 e 007/2022

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentar Vossas Excelências, temos a grata satisfação de ora estar encaminhando para a apreciação dessa Colenda Câmara os Projetos de Lei em anexo, os quais estão assim identificados:

- **Projeto de Lei nº 003/2022**, o qual *“FIXA NORMAS PARA A REVISÃO GERAL E ANUAL DOS VENCIMENTOS E DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DOS PROVENTOS DOS APOSENTADOS E DAS PENSÕES, E DOS SUBSÍDIOS DOS EXERCENTES DE MANDATO ELETIVO, DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO”*;
- **Projeto de Lei nº 004/2022**, o qual *“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, GRATIFICAÇÕES, PROVENTOS E PENSÕES”*;
- **Projeto de Lei nº 005/2022**, o qual *“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA, GRATIFICAÇÕES E PROVENTOS”*;
- **Projeto de Lei nº 006/2022**, o qual *“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DE PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E SECRETÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”*; e
- **Projeto de Lei nº 007/2022**, o qual *“ALTERA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO, CONSTANTE DO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.253, DE 31.08.2018”*.

Os projetos de lei em referência, como já bem se destaca em suas ementas, têm como objeto em comum dispor sobre a revisão geral dos vencimentos do funcionalismo municipal e dos subsídios dos agentes políticos para o ano de 2022, bem como alterar o valor do Vale Alimentação, pelo que pedimos licença para a apresentação conjunta dos mesmos através desta única mensagem justificativa.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

O Projeto de Lei nº 003/2022:

Essa proposição trata da alteração da data base para o cumprimento da revisão geral anual de que dispõe o artigo 37, inciso X da Constituição da República, de modo que essa data restará antecipada do mês de junho para o mês de janeiro de cada ano, já produzindo seus efeitos para o corrente ano.

Assim, anualmente, no mês de janeiro será revista a remuneração de todos os servidores municipais, do Quadro Geral e do Quadro do Magistério, os proventos dos aposentados e valor das pensões, como também, dos agentes políticos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Desse modo estaremos atendendo antiga reivindicação dos servidores do Quadro Geral, oportunizando-se, assim, a revisão da sua remuneração na mesma data fixada para a revisão do Piso do Magistério.

Outrossim, a antecipação da data base torna-se ainda mais oportuna nesse momento em face de que, por força da Lei Complementar nº 173, de 27.05.2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, tendo como contrapartida a previsão de diversas proibições temporárias relacionadas à despesa de pessoal, restou vedada a concessão de reajuste durante o período de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021, conforme expresso em seu artigo 8º, inciso I.

Porquanto, a medida ora proposta contribui para minimizar esse período de congelamento da remuneração de nossos servidores, estabelecido a nível federal.

Os Projetos de Lei nº 003, nº 004 e nº 005/2022:

Através desses três projetos é concedida a revisão geral a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do Executivo e do Legislativo, bem como aos seus agentes políticos, com efeitos retroativos a janeiro/2022.

O índice que mede a inflação escolhido para o corrente exercício foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual é o índice oficial do Governo Federal para medir as metas inflacionárias. Por tal razão se entende que esse é o índice que melhor reflete a perda do poder aquisitivo da moeda, o qual utiliza como itens o gasto das pessoas com alimentação, transporte, habitação, saúde, dentre outros.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

Então, para a revisão anual ora proposta será aplicado o índice acumulado no ano de 2021, período de janeiro a dezembro, que ficou apurado em **dez inteiros e seiscentos e onze décimos de milésimo por cento (10,0611%)**.

Registra-se que é a primeira vez desde 2015 que a inflação anual atinge a casa de dois dígitos.

Cabe informar que o reajuste ora proposto deverá ser pago já na folha do mês de março, sendo que as diferenças relativas aos meses de competência janeiro e fevereiro deverão ser pagas em duas parcelas, conjuntamente com a remuneração dos meses de abril e maio.

E quanto ao Magistério, categoria que também integra a revisão geral, informamos que para dar cumprimento ao Piso Nacional será apresentado um novo Plano de Carreira, no qual ficarão asseguradas as diferenças existentes desde janeiro/2022 até a data da sua entrada em vigor, conforme em breve estaremos apresentando nossa proposta ao Quadro do Magistério.

Outrossim, em breve menção, cabe lembrar o entendimento vigente desde 2017 pelo Tribunal de Justiça do Estado de que cabe ao Executivo a iniciativa da proposta de revisão geral anual da remuneração dos mandatários eletivos e dos servidores do legislativo. Isso decorre do disposto na Constituição Estadual em seu artigo 33, § 1º, que assegura através de lei de iniciativa do Poder Executivo, **a revisão da remuneração de todos os agentes públicos**.

Assim, é em razão disso que, em mais essa oportunidade, o Executivo encaminha ao Legislativo a proposta de revisão geral anual à remuneração dos servidores, nela compreendendo os servidores do legislativo e os agentes políticos.

O Projeto de Lei nº 007/2022:

Ainda, como outra medida tendente a minimizar esse período de congelamento da remuneração de nossos servidores, também vimos propor seja alterado o valor do Vale Alimentação.

Para tanto estamos propondo o reajuste de trinta por cento (30%) sobre o valor atual, que abatido o desconto obrigatório resulta no importe líquido de duzentos e oito reais (R\$ 208,00) a título de Vale Alimentação.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

E igualmente a revisão anual, o novo valor do Vale Alimentação terá efeito retroativo a janeiro/2022 e será pago da mesma forma.

O Impacto Financeiro e Orçamentário:

Por fim, quanto ao impacto financeiro e orçamentário preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segue em anexo a estimativa elaborada pela Contadoria Geral do Município que opina pela possibilidade da concessão da reajuste ora proposto, desde que limitado ao índice inflacionário do período, com amparo no que assegura o artigo 37, inciso X da Constituição da República.

Em linha de conclusão, sempre reiterando o nosso firme propósito de valorização dos servidores municipais, encarecemos as Senhoras e aos Senhores Vereadores a aprovação dos Projetos de Lei em foco.

Jaguari, RS, 22 de março de 2022.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguar.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 003/2022

Fixa normas para a revisão geral e anual dos vencimentos e dos subsídios dos servidores públicos municipais, dos proventos dos aposentados e das pensões, e dos subsídios dos exercentes de mandato eletivo, dos Poderes Executivo e Legislativo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os vencimentos e os subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, e os subsídios dos exercentes de mandato eletivo, serão revistos, na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição da República, no mês de janeiro de cada ano, sem distinção de índices, estendendo-se aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo passa a vigorar a contar do exercício de 2022.

Art. 2º. A revisão geral anual de que trata o artigo 1º desta Lei observará as seguintes condições:

I – autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II – previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

III – comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

IV – atendimento às prescrições referentes aos limites para despesa com pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição da República e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e,

V – definição do índice em lei específica.

Art. 3º. Serão deduzidas da revisão os percentuais concedidos, durante os doze (12) meses anteriores, a título de aumento geral de vencimentos.

Art. 4º. Fica revogada a disposição constante da Lei Municipal nº 2.310, de 08 de fevereiro de 2002, no artigo 1º e seu parágrafo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2022.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, __ DE _____ DE ____.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito Municipal.

REGISTRADA NO LIVRO N.º _____ ÀS FLS.
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: / /

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.